

<http://dx.doi.org/10.15202/19811896.2015v20n40p92>

VENEZUELA: RESULTADOS E DESAFIOS DA REFORMA PETROLÍFERA DOS ANOS 2000

Adriana Fiorotti Campos¹

RESUMO

Logo no início da década de 2000, no Governo Hugo Chávez, ocorreu uma nova reforma no setor petrolífero venezuelano, que propunha um retorno às ideias nacionalistas anteriores ao movimento de abertura setorial da década de 1990. Dentre as principais mudanças ocorridas em tal reforma tem-se: (1) estabelecimento da Constituição da República Bolivariana de Venezuela, que proíbe a privatização da PDVSA (*Petróleos de Venezuela S.A.*) e a sua atuação minoritária nos contratos de exploração e produção; (2) promulgação da *Ley Orgánica de Hidrocarburos* (2001); (3) fortalecimento do MENPET (*Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo*), com a recuperação de seu papel de administrador do recurso natural e planejador de políticas; (4) as funções da PDVSA foram restritas à operação e produção dos hidrocarbonetos; (5) recuperação dos níveis de rendas fiscais relacionadas ao setor petrolífero; (6) migração dos contratos vigentes em 2005 para a nova estrutura de empresas mistas; e (7) fortalecimento da participação da Venezuela na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Neste íterim, o objetivo maior do artigo em tela é analisar os resultados e os desafios desta Reforma Petrolífera.

Palavras-chave: Regulação. Setor petrolífero. Venezuela.

VENEZUELA: RESULTS AND CHALLENGES OF THE OIL REFORM OF THE 2000S

ABSTRACT

By the early 2000s, in the Hugo Chavez government, there was a new reform in the venezuelan oil industry, which proposed a return to the nationalist ideas that preceded the sector opening movement of the 1990s. Among the main changes resulting from this reform, the following points will be highlighted: (1) the establishment of the Bolivarian Republic of Venezuela Constitution, which prohibits the privatization of PDVSA (*Petróleos de Venezuela SA*) and its minority role in the oil exploration and production contracts; (2) the promulgation of the *Ley Orgánica de Hidrocarburos* (2001); (3) the strengthening of the MENPET (*Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo*), restoring its natural resource and policy planner administrator role; (4) the PDVSA functions were restricted to hydrocarbons operation and production; (5) the recovery of the oil industry tax income levels; (6) the migration of active contracts in 2005 to the new structure of joint enterprises; and (7) the strengthening of Venezuela's participation in OPEC (Organization of the Petroleum Exporting Countries). In this context, the main objective of this article is to analyze the results and the challenges of this Oil Reform.

Keywords: Regulation. Oil industry. Venezuela.

¹ Doutora em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora do Mestrado em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil afiorotti@yahoo.com

1 INTRODUÇÃO

As atividades da indústria do petróleo na Venezuela iniciaram-se no século XIX, vinculadas aos grandes oligopólios mundiais do setor. Desde o início, os posicionamentos governamentais e as legislações pertinentes foram modificados de acordo com os ideários de seus governantes. Em 1975, por exemplo, promulgou-se a *Ley de Nacionalización de la Industria Petrolera* venezuelana, e no ano seguinte, criou-se a *Petróleos da Venezuela S.A.* (PDVSA). Cabe ressaltar, todavia, que a lei supracitada permitia, em casos especiais e de interesse público, a associação do Estado com empresas privadas, sendo o controle do Governo venezuelano e a duração do contrato limitada. Ou seja, a Venezuela nunca teve o monopólio do setor, apesar de a PDVSA ser um monopólio na prática.

Na década de 1990, a Venezuela passou por uma reforma setorial (*Apertura Petrolera*), assim como outros países sul-americanos, o que permitiu o incremento da participação privada na indústria de hidrocarbonetos. A primeira mudança promovida foi a aprovação de contratos de serviço para a recuperação de campos marginais de petróleo pesado e extrapesado em 1992. Entretanto, foi somente com a modificação, no ano de 1995, na lei petrolífera vigente, que se permitiu a entrada de capital privado sem a obrigação da participação majoritária da PDVSA em convênios de exploração de risco em novas áreas e na produção de hidrocarbonetos em campos marginais e de recursos não-convencionais.²

O processo de abertura petrolífera do início da década de 1990 foi interrompido com a eleição do presidente Hugo Chávez em 1998, quando se retornou a uma política de cunho mais nacionalista. As principais mudanças foram a Constituição de 1999, que proíbe a privatização da PDVSA e a sua atuação minoritária nos contratos de exploração e produção, e a aprovação da *Ley Orgánica de Hidrocarburos* (Decreto nº 1.510/2001) (TOLMASQUIM; PINTO JÚNIOR, 2011; CAMPOS, 2014). Outras alterações institucionais e regulatórias promovidas foram o fortalecimento do MENPET, com a recuperação de seu papel de administrador do recurso natural e planejador de políticas e, ao mesmo tempo, a restrição das funções da PDVSA (operação e produção dos hidrocarbonetos). Além disso, recuperaram-se os níveis de rendas fiscais relacionadas ao setor petrolífero, criou-se uma nova estrutura denominada empresas mistas e fortaleceu-se a participação da Venezuela na OPEP.

O objetivo do artigo em tela é analisar os resultados e os desafios da Reforma Petrolífera dos anos 2000. Para tanto, num primeiro momento, serão apresentadas informações pertinentes relacionadas ao setor petrolífero venezuelano. No terceiro item, serão apresentadas as modificações institucionais e regulatórias provenientes da Reforma Petrolífera do Governo Hugo Chávez. No quarto item, por sua vez, serão analisados os resultados e os desafios deste novo modelo regulatório. Por fim, serão feitas algumas considerações conclusivas.

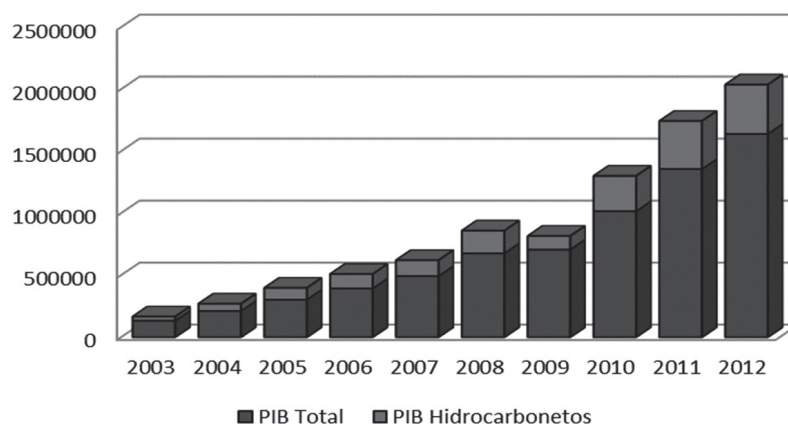
2 SETOR PETROLÍFERO VENEZUELANO: ECONOMIA E ENERGIA

O setor de hidrocarbonetos venezuelano é fundamental para a economia do seu país, uma vez que representa, historicamente, em média, 1/3 do PIB, metade da receita do governo (ver

² As modalidades de abertura no segmento upstream venezuelano foram os convênios operativos, as associações estratégicas, os convênios de lucros compartilhados e os convênios de comercialização de *orimulsión* (combustível especial elaborado a partir do petróleo extrapesado do Orinoco). Para mais informações ver: (TOLMASQUIM; PINTO JÚNIOR, 2011; CAMPOS, 2014).

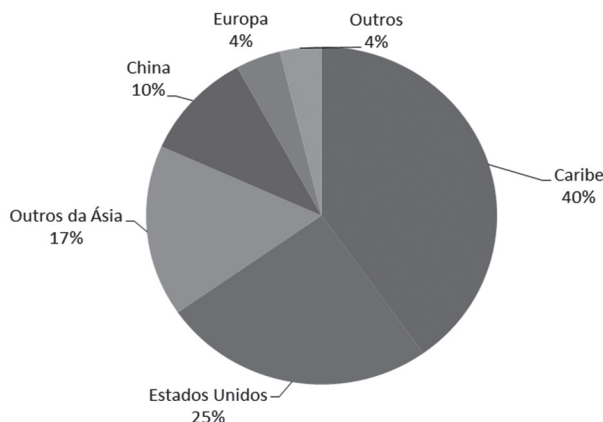
Figura 1) e grande parte das exportações.^{3,4} Juntamente à grande dependência da exportação nacional por parte de um único setor, deve-se salientar que há parca diversificação do seu destino⁵, como pode ser observado na figura 2 – Caribe, Estados Unidos e China representam 75% do destino das exportações venezuelanas de petróleo e derivados no ano de 2012.

Figura 1 - Venezuela: Evolução do PIB Hidrocarbonetos e do PIB Total (mm de Bolívares)



Fonte: (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO, 2014).

Figura 2 - Venezuela: Exportação de Petróleo e Derivados por Destino – 2012



Fonte: (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO, 2014).

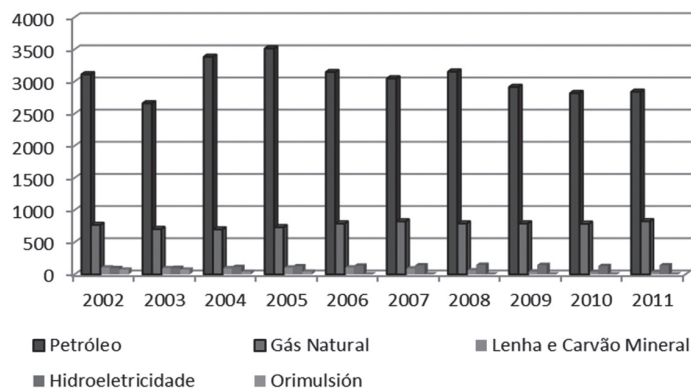
³ Em 2012, o PIB e as exportações setoriais (petróleo e gás natural) representaram, respectivamente, 24,2% e 94,4%.

⁴ Como a maioria dos países latino-americanos, a Venezuela vivia da monocultura agrícola para exportação (principalmente café e cacau) e da agricultura de subsistência. Ao submeter seu projeto de desenvolvimento ao objetivo de ser um grande exportador de petróleo, a Venezuela passa a ser, paradoxalmente, um país isolado dos vizinhos. Exporta petróleo, importa o resto; principalmente dos Estados Unidos. Desde a década de 1970 o petróleo responde por mais de 75% das exportações, 50% da arrecadação do Estado e entre 25% e 30% do produto venezuelano. (BARROS, 2006, p. 212).

⁵ Nos últimos anos, apesar da importância da Venezuela para o abastecimento interno norte-americano de petróleo, há um decréscimo da participação da importação de petróleo dos Estados Unidos (por exemplo, em 2010, era 43% e em 2012, como pode ser visto na Figura 2, passou a ser 25%). Deve-se destacar, também, o incremento na participação do Caribe (34% em 2010 para 40% em 2012), na participação chinesa (6% para 10%) e de outros países da Ásia (7% para 17%) (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO, 2014; CAMPOS, 2014).

Além dos aspectos macroeconômicos (PIB e exportação), o setor de hidrocarbonetos também se destaca por representar uma parte substancial da produção de energia primária do país, como pode ser visto na Figura 3. Para se ter uma ideia, o petróleo e o gás natural, em 2011, representaram, respectivamente, 73,9% (2,8 milhões de bep/d) e 21,5% (0,8 milhão de bep/d) do total da produção de energia primária; em terceiro lugar está a hidroeletricidade, com apenas 3,7% (0,1 milhão de bep/d). Estas informações mostram claramente a dependência da Venezuela quanto ao setor petrolífero e indicam que a Reforma Petrolífera em 2001 foi/é uma peça-chave para o desenvolvimento econômico e social do País.

Figura 3 – Venezuela: Evolução da Produção de Energia Primária (mbep/d)



Fonte: (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO, 2014).

3 A REFORMA PETROLÍFERA DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ

Dada a relevância e a dependência nacional quanto aos resultados do setor, e, também, a eleição de Hugo Chávez em 1998, houve um retorno da discussão dos ideários nacionalistas vigentes antes do processo de abertura dos anos 1990. Os dois primeiros anos de governo foram direcionados para o desenvolvimento de uma nova ordem institucional: promulgação da Constituição da República Bolivariana de Venezuela e da *Ley Orgánica de Hidrocarburos* de 2001. A nova lei determina que a PDVSA é do Estado e todas as atividades da indústria petrolífera devem contar com uma maioria acionária da estatal; ela também alterou o percentual dos *royalties* (de 16,67% para 30%)⁶ e do imposto de renda (de 67% para 50%). Anos mais tarde, em 2008, foi estabelecida a cobrança da contribuição especial sobre preços extraordinários de petróleo no mercado internacional.^{7, 8, 9}

⁶ Os termos fiscais também se tornaram mais restritivos com a LOH [*Ley Orgánica de Hidrocarburos*] 2001. As alíquotas de *royalties* pagos pelo capital privado durante a *Apertura* ficavam no intervalo entre 1,0% a 16,67%. Após a implantação da LOH, a alíquota passou para 20% quando o hidrocarboneto extraído for o gás natural e 30% para o petróleo, sendo que no caso das reservas da Faixa do Orinoco que não fossem economicamente viáveis a um *royalty* de 30%, esse percentual pode cair até o limite de 20%. (TOLMASQUIM; PINTO JÚNIOR, 2011, p. 197).

⁷ No ano de 2011, estabeleceram-se novas regras para a cobrança da contribuição especial sobre preços extraordinários e exorbitantes de acordo com o Decreto-lei nº 8.163/2011. Em 2012, o Decreto-lei nº 8.807/2012 modificou o Decreto-lei nº 8.163/2011. Atualmente, vigora a *Ley de Reforma de la Ley que Crea Contribución Especial por Precios Extraordinarios y Precios Exorbitantes en el Mercado Internacional de Hidrocarburos* de fevereiro de 2013 (VENEZUELA, 2013).

⁸ Os outros tributos cobrados na Venezuela são: (1) imposto superficial (aluguel de área); (2) imposto por consumo próprio; (3) imposto de extração; e (4) imposto de registro de exportação.

⁹ Salienta-se que as empresas mistas também estão sujeitas a cobrança adicional de taxas, denominadas “vantagens especiais”.

Com a Reforma Petrolífera dos anos 2000, também se tinha como objetivo recuperar para o Executivo Nacional, mediante o *Ministerio de Energía y Minas* (atual MENPET), o papel central no planejamento, definição e implementação das políticas públicas relativas ao setor de hidrocarbonetos; e limitar as funções da PDVSA em operação e produção de hidrocarbonetos. Neste contexto, deve-se salientar que a nova legislação setorial exigia do *Ministerio* a promoção e o apoio ao desenvolvimento de empresas petrolíferas privadas nacionais, especialmente, porque ele tinha recuperado as suas funções de administrador dos recursos naturais e de planejador de políticas públicas, enquanto a PDVSA era mais um agente setorial.¹⁰ Outro aspecto relevante da reforma supracitada é o fortalecimento da OPEP, retornando o país ao sistema de cotas da organização petrolífera. Tal fato proporcionaria um maior controle do mercado por parte dos países exportadores de petróleo e uma menor fragilização frente aos países consumidores, em especial, os países centrais.

Dando prosseguimento ao processo de fortalecimento do Estado venezuelano no setor petrolífero nacional, o governo Hugo Chávez, mediante o *Instrutivo* MENPET, de 12 de abril de 2005, iniciou a migração dos contratos vigentes para a nova estrutura de empresas mistas. O principal fato que deu origem aos argumentos do governo venezuelano de adequação dos contratos ao novo marco regulatório setorial e, conseqüentemente, ao processo de migração destes convênios para as denominadas empresas mistas foi o grande volume de produção dos Convênios Operativos (em 2004, chegou a corresponder a 27,36% do total) e das Associações da Faixa do Orinoco (em 2005, juntos, Convênios Operativos e Associações da Faixa do Orinoco corresponderam a 43,82% do total produzido), já que uma das justificativas da *Apertura Petrolera* dos anos 1990, especialmente para a formalização dos Contratos Operativos, era de que as áreas eram marginais. A produção de petróleo, por tipo de operador, antes do início do processo de migração para empresas mistas, pode ser vista na tabela 1.

Tabela 1 – Venezuela: Produção de Petróleo, 1997-2005 (Milhões de Barris)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
PDVSA Esforço Próprio	1030	1027	928	898	925	760	677	755	768
BITOR	20	17	21	27	27	28	21	14	22
Convênios Operativos	206	322	263	290	306	298	284	315	303
I Rodada	23	20	16	14	14	14	11	11	11
II Rodada	51	99	65	66	70	73	67	73	70
Boscán (Concessão Direta)	30	35	35	40	38	36	36	41	41
III Rodada	103	169	148	170	183	176	170	190	181
Associações da Faixa	0	3	20	56	85	129	157	192	220
Petrozuata	0	3	19	34	38	42	38	46	44
Cerro Negro	0	0	1	22	29	37	37	44	44
Sincor	0	0	0	0	16	41	58	64	70
Ameriven	0	0	0	0	2	9	24	39	61
Exploração a Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total Venezuela	1153	1215	1117	1151	1220	1093	1026	1151	1193

Fonte: (CAMPOS, 2014, p. 183).

¹⁰ Determina-se que, na nova legislação, para explorar e produzir os hidrocarbonetos é requerida uma licença (concessão) emitida pelo *Ministerio de Energía y Minas* [atualmente, *Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo*]. Adicionalmente, qualquer acordo para formação de companhias mistas entre empresas privadas e públicas tem de ser baseado em tais licenças, que são sempre consideradas como o documento de maior hierarquia nesses acordos. Conseqüentemente, uma parcela expressiva da autonomia da PDVSA foi suprimida e, atualmente, encontra-se sob a jurisdição do *Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo*. (CAMPOS, 2014, p. 187).

Num primeiro momento, convidaram-se os contratados a firmar convênios Transitórios por meio dos quais aceitariam formalmente a “regra de 2/3”, que limitou os pagamentos totais por parte da PDVSA aos contratados a 66,67% [2/3] do valor dos hidrocarbonetos produzidos, e a sua participação no processo de migração (CAMPOS, 2014). De acordo com Tolmasquim e Pinto Júnior (2011, p. 197), “no processo de alinhamento, a PDVSA aumentou sua participação em quatro associações de uma média de 40% para 78%”. Todavia, nem todas as empresas envolvidas aceitaram reduzir a sua participação, como pode ser visto no trecho a seguir:

Das seis empresas envolvidas em contratos com a PDVSA, duas aceitaram reduzir sua participação (Total e Statoil) para acomodar o aumento da PDVSA, duas mantiveram sua participação (Chevron e BP) e duas decidiram sair completamente dos projetos (ConocoPhillips e ExxonMobil). Posteriormente, na negociação das compensações financeiras, a ConocoPhillips fechou um acordo com a PDVSA. Contudo a ExxonMobil optou, conforme mencionado anteriormente, por requerer compensação financeira em arbitragem internacional, conforme previsão contratual, por discordar dos valores da compensação propostos pela PDVSA. (TOLMASQUIM; PINTO JÚNIOR, 2011, p. 198).

A legislação que permitiu a redução da participação do capital privado na indústria petrolífera venezuelana foi:

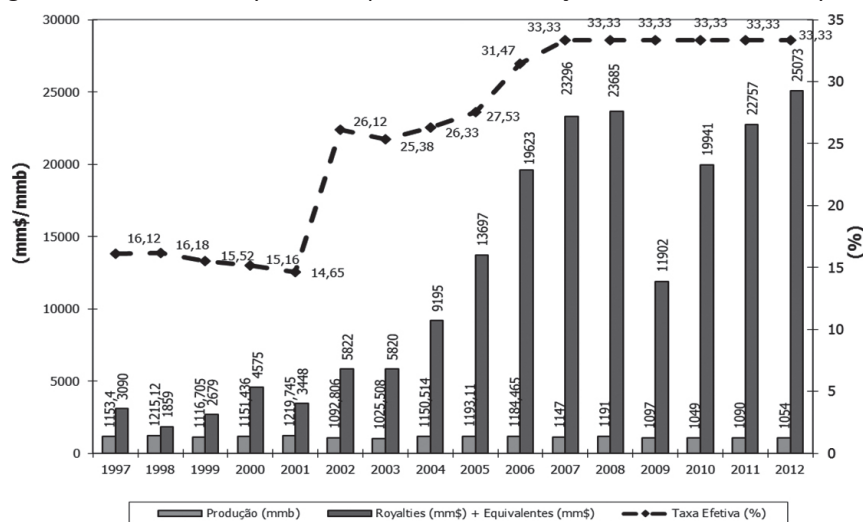
- a) *Ley de Regularización de la Participación Privada em las Actividades Primarias Previstas;*
- b) Artigos 22-27 e 32 da *Ley Orgánica de Hidrocarburos* e *Ley de Migración a Empresas Mixtas de los Convenios de Asociación de la Faja Petrolífera del Orinoco, así como de los Convenios de Exploración a Riesgo y Ganancias Compartidas;* e
- c) *Ley sobre los Efectos del Proceso de Migración a Empresas Mixtas de los Convenios de Asociación de la Faja Petrolífera del Orinoco; así como de los Convenios de Exploración a Riesgo y Ganancias Compartidas* (BREWER-CARÍAS, 2007).

Cabe destacar, também, o Decreto nº 5.219/2007 (VENEZUELA, 2007), que criou o SAMH (*Servicio Autónomo de Metrología de Hidrocarburos*) – que tem o objetivo de medir os volumes e a qualidade dos hidrocarbonetos extraídos durante as atividades primárias e, também, os volumes dos derivados de hidrocarbonetos em atividades de transporte e armazenagem, e qualquer outra variável sujeita à fiscalização pelo MENPET – e a *Ley Orgánica que Reserva al Estado Bienes e Servicios Conexos a las Actividades Primarias de Hidrocarburos*, de 7 de maio de 2009 – que nacionalizou as empresas de bens e serviços conexos às atividades primárias de hidrocarbonetos. De acordo com o governo da Venezuela, a nacionalização das empresas de bens e serviços conexos às atividades primárias de hidrocarbonetos deu-se pelo fracasso na renegociação dos seus contratos (CAMPOS, 2014).

4 RESULTADOS E DESAFIOS

Os motivadores da Reforma do Setor Petrolífero Venezuelano dos anos 2000 foram o incremento da apropriação da renda petrolífera por parte do Estado, o fortalecimento do MENPET e da OPEP, e a redução da vulnerabilidade externa do país. Com relação ao aumento da apropriação da renda petrolífera, observa-se, na Figura 4, que mesmo com uma certa estabilização da produção (especialmente por conta do sistema de cotas da OPEP), há um importante aumento na taxa efetiva de *royalties* e dos valores correspondentes a *royalties* e equivalentes.

Figura 4 – Venezuela: Royalties e Equivalentes, Produção e Taxa Efetiva de Royalties



Fonte: (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO, 2008, 2009, 2014).

Entretanto, verifica-se, também, que os valores dos *royalties* e equivalentes são extremamente dependentes dos preços internacionais do petróleo. Por exemplo, no ano de 2009, por conta da redução nos preços internacionais do petróleo, houve uma queda da renda petrolífera apropriada pelo Estado venezuelano. Isto mostra que a economia venezuelana é muito dependente do setor petrolífero mundial e, de uma certa forma, mantém-se vulnerável aos preços internacionais do petróleo. Ainda com relação ao incremento da apropriação da renda petrolífera por parte do Estado, deve-se salientar os montantes advindos da cobrança da contribuição especial sobre preços extraordinários¹¹ e exorbitantes¹², valores estes que se tornam importantes em momentos de preço internacional de petróleo altos. Cabe frisar que, de acordo com a Venezuela (2013), os recursos derivados das contribuições especiais previstas na *Ley de Reforma de la Ley que Crea Contribución Especial por Precios Extraordinarios y Precios Exorbitantes en el Mercado Internacional de Hidrocarburos* de fevereiro de 2013 serão utilizados, preferencialmente, para garantir o financiamento das grandes missões criadas pelo Executivo Nacional, assim como em projetos de infraestrutura, rodovias, saúde, educação, comunicações, agricultura, alimentos e em geral para o desenvolvimento do setor produtivo nacional, entre outros.¹³ Na figura 5, mostra-se a evolução dos preços líquidos dos hidrocarbonetos na Venezuela;

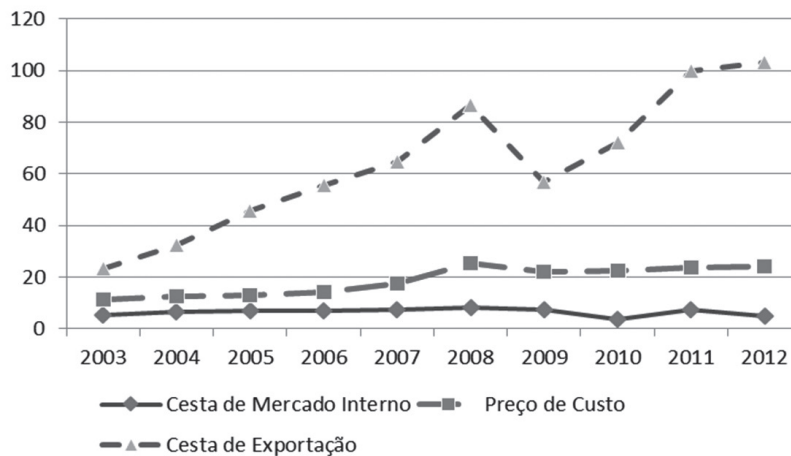
¹¹ Definición de precios extraordinarios - Artículo 3. A los efectos de esta Ley, se entenderá que son precios extraordinarios aquellos cuyo promedio mensual de las cotizaciones internacionales de la cesta de hidrocarburos líquidos venezolanos, sea mayor al precio establecido en la Ley de Presupuesto del respectivo ejercicio fiscal, pero igual o inferior a ochenta dólares por barril (80 US\$/b). (VENEZUELA, 2013).

¹² Definición precios exorbitantes - Artículo 4. A los efectos de esta Ley, se entenderá que son precios exorbitantes aquellos cuyo promedio mensual de las cotizaciones internacionales de la cesta de hidrocarburos líquidos venezolanos, sea mayor a ochenta dólares por barril (80 US\$/b). (VENEZUELA, 2013).

¹³ Para se colocar os recursos petrolíferos a serviço do país e começar a desenvolver um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social, buscando também eliminar brechas de desigualdades entre os venezuelanos, criou-se o FONDESPA (Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do País), o FONDEM (Fundo de Desenvolvimento Nacional S.A.) visando ao financiamento de projetos de infraestrutura e financiamento de empresas de produção social e as *misiones*, que tem como objetivo universalizar os serviços essenciais como saúde, educação a todos os venezuelanos. (SILVA, 2013, p. 16).

deve-se destacar, neste contexto, a constância da cesta de mercado interno e o seu valor abaixo do preço do custo (subsídios setoriais), a pequena elevação do preço de custo e a diferença substancial, nos últimos anos, entre o preço de custo e a cesta de exportação (o que permite financiar projetos de infraestrutura, empresas de produção social e as missões, universalizando serviços como saúde e educação).

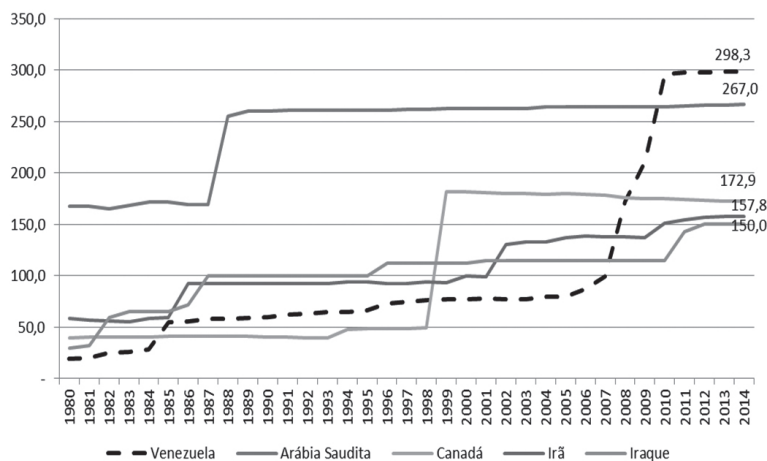
Figura 5 - Venezuela: Evolução dos Preços Líquidos dos Hidrocarbonetos (US\$/b)



Fonte: (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO, 2014).

Com relação às reservas, verifica-se um acréscimo substancial a partir do ano de 2008, proveniente da certificação de 100 bilhões de barris de novas reservas advindas da Faixa do Orinoco e do *Proyecto Magna Reserva*. Em 2014, a Venezuela possuía as maiores reservas provadas mundiais (298,3 bilhões de barris), seguida pela Arábia Saudita (267 bilhões de barris) e pelo Canadá (172,9 bilhões de barris). Outra variável importante é a relação R/P da indústria petrolífera venezuelana, que atualmente é de mais de 300 anos.

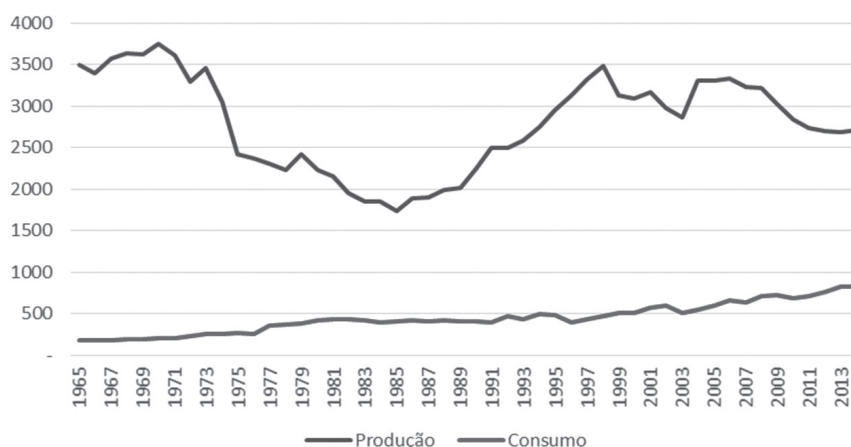
Figura 6 - Evolução das Reservas Provadas de Petróleo, Países Seleccionados (Bilhões de barris)



Fonte: (BP GLOBAL, 2015).

Quanto ao nível de produção de petróleo, observa-se uma significativa redução se comparada com o pico de produção do final da década de 1990 e do início da década de 2000. Segundo o EIA/DOE (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION/U.S. DEPARTMENT OF ENERGY, 2014), o motivo desta redução foi a perda de capital humano em 2002-2003 e o desvio das receitas petrolíferas para programas sociais, em vez de serem reinvestidos na própria produção nacional de petróleo. Mesmo assim, o país é o quinto maior produtor das Américas, ficando atrás somente dos Estados Unidos, Canadá, México e Brasil. Observa-se, também, certa estabilidade no consumo. Mesmo com as críticas mencionadas pelo EIA/DOE (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION/U.S. DEPARTMENT OF ENERGY, 2014), deve-se destacar que o objetivo da reforma dos anos 2000 de fortalecimento da OPEP e incremento de renda petrolífera com o intuito de desenvolvimento nacional estão sendo promovidos. Na Figura 7, pode-se visualizar a produção e o consumo diário de petróleo na Venezuela.

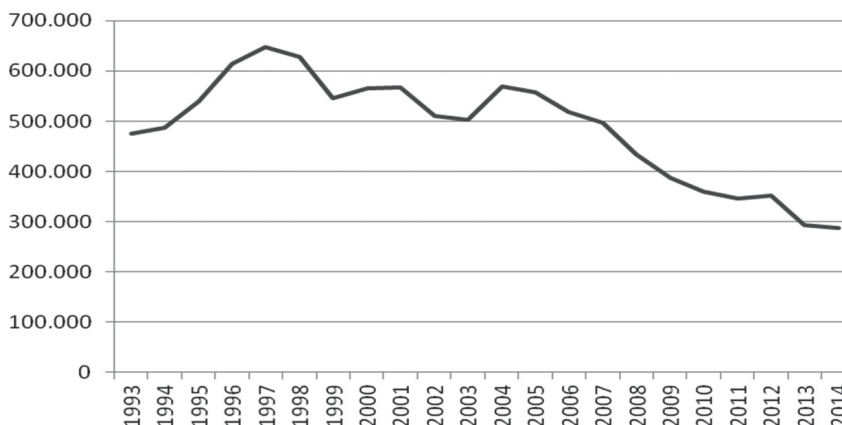
Figura 7 - Venezuela: Evolução da Produção e do Consumo de Petróleo (mil b/d)



Fonte: (BP GLOBAL, 2015).

Por fim, mesmo que não muito diversificado, o destino das exportações está sendo modificado, como já foi salientado anteriormente (ampliação da participação da China e de outros países da Ásia). Na Figura 8, mostra-se claramente a queda das importações norte-americanas de petróleo venezuelano, o que reduz a sua vulnerabilidade histórica.

Figura 8 - Venezuela: Evolução das Exportações de Petróleo para os Estados Unidos (mil barris)



Fonte: (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION/U.S. DEPARTMENT OF ENERGY, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A Reforma Petrolífera dos anos 2000 na Venezuela conseguiu transferir uma parte substancial das rendas do setor para o desenvolvimento econômico e social da Venezuela de forma universal. Conseguiu também ampliar o volume de reservas provadas (maior reserva provada de petróleo do mundo) e ter um maior controle das políticas públicas setoriais. Todavia, por conta de o País ser altamente dependente do recurso petróleo e de sua exportação, as políticas pós-petróleo deveriam ter sido estabelecidas como forma de mitigar o efeito da "maldição do petróleo"¹⁴. Além disso, cabe frisar que as sucessivas mudanças regulatórias podem causar sérios problemas em um momento futuro, especialmente se o preço do petróleo cair abruptamente, já que a economia venezuelana é marcadamente rentista.

REFERÊNCIAS

BARROS, P. S. Chávez e petróleo: uma análise da nova política econômica da Venezuela. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 5, v. 2, p. 209-237, 2006.

BP GLOBAL. **Statistical review of world energy**: 2014. Londres: BP, 2015. Disponível em: <www.bp.com>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BREWER-CARÍAS, A. **La estatización petrolera en 2006-2007 con la terminación unilateral y anticipada de los contratos operativos y de asociación respecto de las actividades primarias de hidrocarburos**. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.allanbrewercarias.com/Content/449725d9-f1cb-474b-8ab2-41efb849fea8/Content/I,%204,%20558.%20>>

¹⁴ A literatura que analisa a indústria do petróleo indica que os seus vultosos benefícios financeiros não necessariamente produzem desenvolvimento socioeconômico. De fato, são muitos os exemplos históricos em que os benefícios obtidos, inadequadamente empregados, acabaram revelando-se uma maldição social. Para evitar essa maldição é fundamental adotar políticas públicas que, apoiadas nos recursos financeiros obtidos com a produção petrolífera, promovam o desenvolvimento de atividades econômicas a jusante e a montante da Indústria de Petróleo e Gás Natural (IPGN). (OLIVEIRA, 2010, p. 254).

ESTATIZACI%C3%93N%20DE%20EMPRESAS%20TERMINACI%C3%93N%20CONVENIOS%20PETROLEROS.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CAMPODÓNICO, H. **La gestión de la industria de hidrocarburos con predominio de empresas del estado**. Santiago: CEPAL/GTZ, 2007.

CAMPOS, A. F. **Indústria do petróleo: desdobramentos e novos rumos da reestruturação sulamericana nos anos 90**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

CONTRERAS, J. M. **Redefinición de la industria petrolera latinoamericana en el entorno de la globalización: el caso de la industria petrolera venezolana**. Mérida: Universidade dos Andes, 2007.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION/U.S. DEPARTMENT OF ENERGY. **Country analysis brief: Venezuela**. Washington, EIA/DOE, 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=VEN>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION/U.S. DEPARTMENT OF ENERGY. **Petroleum & other liquids data**. Washington: EIA/DOE, 2015. Disponível em: <<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=p&s=mttimusve1&f=a>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO. **Petróleo y otros datos estadísticos**: PODE 2006. Caracas, 2008.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO. **Petróleo y otros datos estadísticos**: PODE 2007-2008. Caracas, 2009.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO. **Petróleo y otros datos estadísticos**: PODE 2012. Caracas, 2014.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA ENERGÍA Y PETRÓLEO. **Convenios operativos: una privatización disfrazada**. Caracas: PDVSA, 2006.

MINISTERIO DE ENERGÍA Y PETRÓLEO. **Plena soberanía petrolera: los convenios operativos: la política de migración de los convenios operativos a empresas mixtas**. Caracas, 2006.

OLIVEIRA, A. Petróleo e desenvolvimento: oportunidades e desafios para o Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, 2010. p. 243-267.

POTTELLÁ, C. M. Apertura petrolera, preámbulo de la privatización. **Revista Nueva Economía**, Caracas, n. 8, p. 181-228, abr. 1997.

SILVA, P. D. A importância da reforma petroleira no Governo Hugo Chávez e as mudanças econômicas e sociais na Venezuela. In: SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E INTERFACES DA CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2013, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSCar, 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B9M78VzxsWrtX1h3SmFraHRIWWs/edit?pli=1>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TOLMASQUIM, M. T.; PINTO JÚNIOR, H. Q. (Org.). **Marcos regulatórios da indústria mundial do petróleo**. Rio de Janeiro: Synergia/EPE, 2011.

VENEZUELA. Decreto nº 1.510 con fuerza de ley orgánica de hidrocarburos. **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 37.323, 13 nov. 2001.

VENEZUELA. Ley de regularización de la participación privada en las actividades primarias previstas en el Decreto nº 1.510 con fuerza de ley orgánica de hidrocarburos. **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 38.419, 18 abr. 2006.

VENEZUELA. Decreto ley nº 5.200 de migración a empresas mixtas de los convenios de asociación de la faja petrolífera del Orinoco; y los convenios de exploración a riesgo y ganancias compartidas. Caracas (Venezuela): **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 38.632, 26 fev. 2007a.

VENEZUELA. Decreto nº 5.219. Reglamento orgánico del Servicio Autonomo de Metrología de Hidrocarburos. **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 38.688, 22 maio 2007b.

VENEZUELA. Ley sobre los efectos del proceso de migración a empresas mixtas de los convenios de asociación de la faja petrolífera del Orinoco, así como de los convenios de exploración a riesgo y ganancias compartidas. **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 38.785, 08 out. 2007c.

VENEZUELA. Ley orgánica que reserva al estado bienes y servicios conexos a las actividades primarias de hidrocarburos. **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 39.173, 07 mai. 2009.

VENEZUELA. Decreto ley nº 8.163/11. Ley que crea Contribución Especial por Precios Extraordinarios y Precios Exorbitantes en el mercado internacional de hidrocarburos. **Gaceta Oficial Extraordinaria**, Caracas, nº 6.022, 18 abr. 2011.

VENEZUELA. Decreto ley n° 8.807/2012. Modifica el decreto ley n° 8.163/2011, ley que crea Contribución Especial por Precios Extraordinarios y Precios Exorbitantes en el mercado internacional de hidrocarburos. **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 39.871, 27 fev. 2012.

VENEZUELA. Ley de reforma de la ley que crea contribución especial por precios extraordinarios y precios exorbitantes en el mercado internacional de hidrocarburos. **Gaceta Oficial de la Republica Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 40.114, 20 fev. 2013.

Recebido em: 24 nov. 2015.

Aprovado em: 6 dez. 2015.